OS ESTUDOS GERMÂNICOS EM PORTUGAL

PARTE I

Relações de Portugal com as nações germânicas

CAPÍTULO I

Relações luso-germânicas desde os tempos primitivos até 1400

§ 1.º

Até à fundação da nacionalidade

Ho caminho fica aberto
a quem mais quiser dizer:
.....
non pude mais escreuer
por nã têer mais descuberto;
sem letras, & sem saber,
me fui naquisto metter,
por fazer a quẽ mais sabe,
que ho que minguar acabe;
pois eu mais nã sey fazer.

Garcia de Resende, *Miscellanea*, est. 311.

As relações entre a Península ibérica e as nações do Norte da Europa ascendem a longínquas eras. A Arqueologia parece demonstrar a existência delas já em tempos ante-históricos, nas idades da pedra (1) e do bronze (2). Na

(1) O. Montelius, *Chronologie de l'époque du bronze la plus ancienne dans l'Allemagne du Nord et de la Scandinavie*, apud *L'Anthropologie*, x, 703.

(2) José Fortes, *La spirale prehistorique et autres signes gravés sur pierre*, págs. 12, 13 e 14.

literatura irlandesa antiga há freqüentes alusões à Hispânia, as quais atestam mais ou menos o conhecimento remoto da Península pelos habitadores primitivos da Hibérnia (1). Essas alusões tradicionais têm talvez um fundamento histórico, pois alguma gente de Tartessos negociava no mar do Norte, e os marinheiros de Cádis, indígenas ou colonos fenícios, iam buscar estanho à Britânia e âmbar à Frísia; entre aquela cidade e a ilha de Wight (a Vectis romana) havia um constante vai-vem de navios, e é natural que os íncolas das Ilhas britânicas, habituados também às longas carreiras marítimas, descessem à Península em busca de produtos de comércio ou outros (2). Entre os povos que estiverem em contacto com a costa setentrional lusitana, em alta antigüidade, parece contarem-se os Albiões, e, segundo Martins Sarmento, no Sul da Inglaterra existiram colónias de peninsulares (3). Tradições antigas dizem que os Siluros do país de Gales foram do Norte da Espanha; na Idade Média supunha-se que os Bascos eram oriundos da Escócia e da Cornualha (4), e que os habitantes da Hibérnia teriam ido para lá da Espanha (5). Por volta de 500 ou 450 antes de Cristo os Iberos invadem a Gália e chegam até à Armórica, península fronteira do Sul da Britânia (6). Em 441 (?) (a. C.) Himilcon, almirante car-

(1) S. Reinach, *Les croissants d'or irlandais*, in-*Revue celtique*, apud José Fortes, *loc. cit.*, pág. 13.

(2) C. Jullian, *Histoire de la Gaule*, I, 187-188.

(3) *Ora maritima*, 2.ª ed., págs. 77 e 95, e vide Sampaio, *As povoas maritimas*, in-*Portugalia*, II, 215 e *Zeitschrift für Ethnologie*, 1903, pág. 59, nota 30.

(4) Jullian, *Histoire de la Gaule*, I, 270, e Saraiva, *Obras*, V, 353.

(5) Valésio, na *Noticia das Gálias*, s. v. Lapurdum, cita um escritor do século XII, que, ao escrever sôbre a Hibérnia, disse: «Ait enim Basclenses de Hispaniorum partibus classe in Hiberniam insulam venisse, ibique habitavisse. Et Basclensium Hibernensium corpora, vestes, armaturam, moresque describit». Apud Saraiva, *Obras*, V, 353 e nota 3.

(6) Jullian, *Hist. de la Gaule*, I, 267.

taginês, depois de ter explorado as Ilhas britânicas, aporta à Corunha para reabastecer e separar os seus navios escapados a um grande temporal (1). O mesmo Himilcon, e depois dêle o marselhês Pitheas, viajaram no Mar do Norte, Cornualha, Frísia e Noruega (2). Estas relações entabuladas em tempos remotos, e às quais se referem vários autores antigos, como Avieno, Tácito, Plínio, Ptolemeu, Mela, etc., tiveram seqüência em épocas mais modernas, em que o trato mercantil, mais desenvolvido, exigia uma vazão para a actividade agrícola, industrial e comercial dos povos.

Durante a época romana as necessidades da ocupação e da pacificação dos vastos domínios do *orbis romanus* exigiam por vezes o deslocamento de fôrças militares de umas regiões para outras, e assim, vemos soldados lusitanos, asturianos, galegos etc. pisarem os territórios da Britânia e da Germânia, e sabemos da estada de Bretões e de Germanos na Ibéria. Nas Ilhas britânicas estiveram as coortes I *Augusta Lusitanorum*, a III *Bracarum Augustanorum*, a I *Aelia Hispanorum miliaria equitata* (3), além de outros auxiliares ibéricos (4) e de algumas fôrças que — compostas de legionários das Astúrias e da Galaecia, província esta a que pertencem as nossas de Trás-os-Montes e Entre-Douro e Minho, — ajudaram a manter e consolidar o poderio romano na Britânia e na Germânia (5). A legião IV *Augusta*, constituída por espa-

(1) Francisco Gastón, *Historia comercial de la Coruña*, pág. 8.

(2) Jullian, *Hist. de la Gaule*, I, 188; Saraiva, *Obras*, V, pág. 6 nota 3. Pitheas viajou por volta de 330 a. C. e deixou uma espécie de diário da sua viagem, do qual restam alguns passos que se podem ler a pág. 400 da obra de Elton, *Origins of English history*; apud Jusserand, *Histoire littéraire du peuple anglais*, I, pág. 3 e nota 1.

(3) François Sagot, *La Bretagne romaine*, pág. 179, e Pedro de Azevedo, *Cohortes Bracaraugustanas e lusitanas*, in-*Bol. da Classe de Letras da Academia das Sciências de Lisboa*, XIV, 328.

(4) Sagot, *ibidem*, pág. 197–198.

(5) Cristovam Aires, *Hist. do Exército Português*, I, 345 e II, 229; e cfr. Jullian, *Histoire de la Gaule*, V, 11.

nhóis, no tempo de Tibério tinha o seu aquartelamento em Mogúncia, na Germânia Superior, e no reinado de Cláudio passou para a Britânia (1). Em lápides romanas encontradas na Península figuram indivíduos que estiveram em serviço oficial na Britânia, como por exemplo: um chefe da legião VI Vitrix (2), um chefe de coorte (3), um tribuno laticlávio (4), um pròpretor do legado de Augusto (5), um legado da legião VI Vitrix que esteve lá e também na Germânia Inferior (6). Na época de Antonino o tráfico mercantil do Império desenvolveu-se grandemente e o Oceano era constantemente singrado por tôda a espécie de navios que faziam carreiras entre os países do Sul e a Britânia (7) e Germânia (8). Por seu lado alguns Bretões estacionaram também na Península (Portugal), pois a coorte VI *Brittonum* teve o seu quartel em Braga (9), e existe uma inscrição bracarense em que se fala de um Lúcio Terêncio, *præfectus* da mesma coorte (10).

A atestar contactos primitivos entre a Hispânia e a Britânia está ainda a semelhança ou identidade de nomes próprios encontrados em inscrições lapidares de ambas as regiões. Entre os nomes de pessoas de lápides romanas da Galiza figuram *Amius, Amia, Arro, Atta, Bontius, Caranto, Carrus, Celea, Cotto, Docius, Fronto, Gontius, Habrocoma, Pusina, Reburris, Reburrinus, Reburrus, Sabellus, Silo, Silus, Tancinus, Vironi*, etc., e em inscrições romanas da Britânia

(1) Crist. Aires, *Hist. do Exército Português*, I, 362.
(2) *Corpus inscriptionum latinarum*, II, 4510.
(3) *Corpus*, II, 1086.
(4) *Corpus*, II, 1262.
(5) *Corpus*, II, 2078.
(6) *Corpus, Supplementum*, 6084.
(7) Sagot, *La Bretagne romaine*, pág. 314.
(8) Franz Cramer, *Deutschland in römischer Zeit*, pág. 139.
(9) Aires, *Hist. do Exército Português*, I, 373.
(10) *Corpus*, II, 2424.

e da Hibérnia notam-se os nomes *Amio, Arro, Atta, Bonti, Carantus, Carrus, Celea, Cotto, Docius, Fronto, Gontius, Habrocoma, Pusinna, Reburris, Reburrinus, Reburrus, Sabellus, Silo* e *Silus, Tancinus, Vironi* etc.(1). Uma cidade galega tinha o nome de *Brigantia* e *Brigantia* era uma divindade adorada pelos antigos habitadores das Ilhas britânicas(2). Esta paridade de nomes pode provir do intercâmbio de legiões e de coortes de ambos os países, como por exemplo o demonstra uma lápide da Britânia (do séc. II) em que figura o espanhol Reburrus, decurião licenciado residente e falecido lá(3), mas é natural que também tenha origem na anterior comunidade céltica da Hispânia e da Britânia, pois, como é por demais sabido, as línguas célticas falavam-se, pouco mais ou menos no século V a. C., na Península ibérica, nas Gálias, Europa central, na Galatia (Ásia menor) e nas Ilhas britânicas(4). Quási todos os nomes acima indicados são de estirpe céltica e vêm mencionados na obra de Holder, *Alt-celtischer Sprachschatz*.

Na Germânia, além da legião indicada supra, estiveram nos séculos I e II as I e III *cohortes Lusitanorum*(5) e ao todo fizeram parte dos exércitos do Reno as seguintes fôrças constituídas por Peninsulares: *Ala I Hispanorum; Cohortes, I, II, V Asturum, Asturum et Gallæcorum; V Bracara Augustanorum; II e V Hispanorum; I Ligurum et Hispanorum; I Lucensium* (de Lugo) *Hispanorum; III Lusitanorum Equitata* e várias *cohortes Vosconum* levadas em 69 a. C.(6). Se-

---

(1) Cuevillas, *Galicia y las Islas Britanicas*, in-*Bol. de la Real Academia Gallega*, XV, 39.

(2) Idem, *ibidem*, XV, 43.

(3) *Corpus*, VII, 1193, apud Sagot, *La Bretagne romaine*, pág. 267.

(4) Dottin, *La langue gauloise*, p. 79, segs. e Pedersen, *Vergleichende Grammatik der keltischen Sprachen*, I, 6.

(5) Crist. Aires, *Hist. do Exército Português*, I, 376.

(6) Jullian, *Hist. de la Gaule*, IV, 137 nota 2 e Azevedo, *loc. cit.*, in *Bol. da Classe de Letras*, XIV, 328.

gundo parece, ainda na época romana, um Germano veio à Península cumprir um voto às deusas Mães Aufânias, que figuram várias vezes em inscrições latinas da Germânia (1). De funcionários romanos viajados na Germânia e residentes ou falecidos na Península dão notícia algumas lápides hispânicas, v. g. de um *præpositus copiarum expeditionis Germaniæ secundæ* chamado Tibério Cláudio Cândido (2), de um chefe da coorte *VII Rætorum Equitata* que esteve lá (3), de um *præfectus cohortis Secundæ Asturiensis in Germania* (4), de um legado (5) e de um *præfectus fisci Germaniæ* (6). Mercadores meridionais, celtas, etruscos, fenícios, romanos e outros levavam para a Germânia objectos de luxo, jóias, vinho, armas, etc., que trocavam pelos produtos locais, sobretudo pelo âmbar dourado do Báltico (7). O comércio exercia-se em grande parte por intermédio da Gália (Bordéus, Arles, Narbona), que da Hispânia importava laranjas, azeites, carnes salgadas, cavalos de tiro etc. (8). O azeite e as carnes salgadas, produtos afamados da Hispânia, eram importados pela Gália, alcançando o seu comércio as margens do Reno batavo, onde as ânforas de azeite da Andaluzia (Bética) eram muito apreciadas e procuradas (9).

Do tempo dos Romanos são estas as notícias documentadas do trato da Península com os países germânicos, ou germanizados depois, como sucedeu à Inglaterra; mas, sem

---

(1) Leite de Vasconcellos, *Religiões da Lusitania*, II, 178.

(2) *Corpus*, II, 4114.

(3) *Corpus*, II, 3237.

(4) *Corpus*, II, 4251.

(5) *Corpus*, II, 4115.

(6) *Corpus*, II, 3271.

(7) Aires, *Hist. do Exército Português*, II, 255.

(8) Jullian, *Hist. de la Gaule*, VIII, 211 e 214.

(9) Idem, *ibidem*, V, 323 e 324 nota 1; Gama Barros, *Hist. da administração pública*, IV, 4.

dúvida, mais dados existem, porquanto, em vista da operosa actividade do povo romano, as relações comerciais e políticas entre as diversas províncias sujeitas ao império deviam ser muito mais intensas do que quando estas viviam numa independência um tanto insulativa.

No século v da era cristã os homens do Norte, — que de há muito vinham ameaçando e minando a existência do colosso romano, e dos quais alguns se tinham infiltrado pacìficamente adentro das suas dilatadas fronteiras, — levantam-se em massa e, em som de guerra, invadem o Império, aniquilando os escassos núcleos de resistência que êle ainda lograra concentrar. Talhando e retalhando os vastos territórios que o constituíam, dividiram-nos entre si, formando novos reinos e estados que foram, em alguns casos, progenitores de novas nacionalidades. A invasão dêstes povos, menos civilizados que os Romanos, originou a desorganização momentânea do mundo latino. A agricultura, o comércio e as indústrias sofreram os primeiros embates, paralizando a actividade de aqueles que na paz se entregavam a um trabalho compensador e fecundo. A princípio a guerra e as dissensões contínuas absorviam tôdas ou quási tôdas as energias. Os Suevos, que primeiramente dominaram a Península, foram a breve trecho acossados pelos Visigodos. Em 456 Teodorico II investe com Braga e em 468 estes derrotam os Suevos e os Romanos jungidos ao poder suévico. Finalmente, volvido mais de um século, em 585, os Visigodos destroem os últimos focos de resistência suévica e chegam a ser os dominadores exclusivos da Península. Assimilam gradualmente a civilização dos Romanos sujeitos ao seu domínio, e, com a pacificação, foi-se desenvolvendo o progresso geral. A entrada dos Visigodos na Espanha não se assemelha à dos outros povos germânicos, pois não cometeram as atrocidades e violências que os seus predecessores haviam cometido. Os invasores godos, depois de instalados, reorganizaram a administração,

revivificaram a agricultura, intensificando a cultura dos cereais, da vinha, da oliveira e outras árvores de fruto, desenvolveram a exploração florestal, a criação de bois, cavalos, carneiros, porcos e cães, a cultura do mel e a pesca fluvial (1). Esta actividade reflectiu-se no comércio, que, embora não se exercesse em tão larga escala e extensão como no tempo da unidade romana, atingiu todavia um certo desenvolvimento e intensidade. O trato marítimo era activo sobretudo entre as costas da Gália meridional e a Espanha. Entre Marselha e os portos espanhóis havia um tráfico regular. Na feira de S. Denis, em Paris, onde se reüniam os comerciantes de grande parte do mundo bárbaro, não faltavam mercadorias da *Hyspanica* (Septimânia) (2). Exportavam-se metais, trigo, sal-gema, vinho, vinagre, cera e mel, e um mineral, o *lapis fulminis*, e importava-se sêda, púrpura, pêlo de camelo, especiarias, marfim etc. (3). Não há, que eu saiba, notícia concreta de serem nesta época muito apreciadas no Reno as célebres ânforas de azeite da Andaluzia, e as carnes salgadas espanholas, como no tempo do Império; mas é muito provável que os produtos famosos da longínqua Espanha bárbara atingissem, por intermédio dos traficantes da Gália, as Ilhas britânicas e a Germânia. Relações mais concretas são as que resultam da união familial de alguns príncipes da Hispânia com representantes da nobreza germânica da Inglaterra e da Germânia. Uma das mulheres de Recaredo, rei visigodo da Espanha (586-601), Adda, que assinou as actas do concílio de Toledo em 587, era filha do rei Artur de Inglaterra (4). Ingundis, filha de um rei da Austrásia, Segisberto de Metz, casou com Hermenegildo, filho de Leovigildo,

---

(1) Felix Dahn, *Die Könige der Germanen*, VI, 280.

(2) Idem, *ibidem*, IV, 283.

(3) Idem, *ibidem*, VI, 284; Saraiva, *Obras*, V, 350.

(4) Crist. Aires, *Hist. do Exército Português*, II, 346.

rei visigodo, e a mãe daquela princesa, Brunilda, era filha do rei Atanagildo da Espanha (1).

Os Germanos, tendo dominado a Península durante séculos e tendo dado origem aos diversos estados cristãos em que ela se dividiu posteriormente, deixaram bastantes vestígios da sua influência. Muitos nomes próprios portugueses e espanhóis, quer de pessoas, quer de lugar, são de estirpe germânica; e também o são alguns nomes comuns como *feltro*, *ganhar*, *guarda*, *guerra*, *guisa*, *rico*, etc. (2).

Durante o período do domínio sarraceno na Península, e logo no seu começo, quando os Árabes tomaram Lisboa em 716, vivia nesta cidade um nobre chamado Liderico († 808), que foi nomeado Conde da Flandres por Carlos Magno (3). Durante a mesma época temos notícias da vinda de Germanos às costas da Espanha nos séculos IX, X e XI. Eram os Normandos, que os nossos documentos latino-medievais designam por *Normandi*, *Normanni*, *Lothomani*, *Laudomanes* e *Lormanes* (4). Oriundos das regiões da Escandinávia, Dinamarca e Frisia, eram nautas e guerreiros audaciosos que singravam os mares em esquadrilhas de navios que obedeciam a um *Konung*, chefe distinguido sempre pela sua bravura e pelo conhecimento das runas. Em 836 estabeleceram-se na ilha de Walcheren, na moderna província da Zelândia, no mar do Norte, e dali infestavam as plagas marginais do Mosa e do Wahal. De 843 em diante aparecem quási todos os anos no litoral francês, e, subindo pelos rios Escalda, Soma, Sena, Loire, Gironda etc., chegam a cida-

---

(1) Ranke, *Weltgeschichte*, VIII, 174, nota, 3.

(2) Leite de Vasconcellos, *Lições de Philologia portug.*, pág. 26, e J. J. Nunes, *Gramática histórica*, pág. 170.

(3) Marinho de Azevedo, *Fundação de Lisboa*, II, 182; Faria e Sousa' *Europa Portuguesa*, III, 360.

(4) Viterbo, *Elucidario* s. v. *Laudomanes* e Leite de Vasconcellos, *Origem historica e formação do povo português*, pág. 6.

des como Orleães e Paris (1). Fazem incursões na Galiza em 843 ou 844, 859 e 969 (2). Em 843, quando ali desembarcaram, Ramiro I de Oviedo enviou fôrças contra êles e venceu-os; depois desceram para o Sul, e o Governador árabe de Lisboa assinalou para Cordova a sua presença, pondo-se em guarda (3), não impedindo isto que êles entrassem no Tejo e assolassem os arredores da cidade, de onde saíram por mar para se dirigirem a Sevilha, que saquearam e destruíram em parte (4); depois chegaram à África, às Baleares e mares da Grécia (5). Um chefe notável dos Normandos foi Hastings, o qual, devastando as margens do Loire entre 845 e 850, e assaltando Bordéus, contornou a Espanha pilhando e saqueando sempre, até chegar às costas da Itália, onde desembarcou em Luna, que êle supôs ser Roma. Ali recebeu o baptismo, e, fingindo-se morto, um dia conseguiu que os seus o levassem a sepultar pacìficamente na igreja, onde, erguendo-se de repente, assassinou o bispo. Depois, juntamente com os seus soldados, apoderou-se da cidade; mas, desiludido da presa que julgara ter feito, voltou ao Loire (6). Mais tarde, em 912, Carlos o Simples, para pôr têrmo às devastações dêstes temíveis piratas, cedeu ao chefe Rolão, pelo tratado de Saint-Clair-sur-Epte, a Nêustria, que depois tomou o nome de Mormandia (7). Um documento medieval diz que Mumaduna mandou erigir em 968 um castelo em Guimarães para defender a vila de futuras investidas

---

(1) Duruy, *Histoire de France*, I, 191.

(2) Francisco Gastón, *Hist. comercial de la Coruña*, pág. 14.

(3) A. C. Fabricius, *La première invasion des Normands dans l'Espagne mussulmane em 844*, pág. 8.

(4) Herculano, *Hist. de Portugal*, I, 79, e Fabricius, *loc. cit.*

(5) Idem, *Ibidem*, I, 81.

(6) Duruy, *Hist. de France*, I, 193.

(7) Idem, *ibidem*, I, 205.

dos Normandos (1). O Monge de Silos, cronista quási contemporâneo dêstes sucessos, diz que, no reinado de Ramiro III (968-982), entraram na Galiza: «Anno II sui C classes Normanorum cum rege suo Gunderedo ingressae sunt urbes Gallaeciae, et strages multas facientes in Gyro Sancti Jacobi: Episcopum loci illius gladio peremerunt nomine Sisenandum, ac totam Gallaeciam depraedaverunt, usquequo per venerunt at Pyreneos montes Ezebaii» (2). Tôdas as terras de Entre Lima e Minho foram saqueadas e destruídas pelos ditos Normandos; e diz a *História dos Godos* que chegaram estes Bárbaros ao castelo de Vermoim, no território de Barcelos, acrescentando o bispo tudense D. Fr. Prudêncio de Sandoval que a cidade de Tui esteve 146 anos deserta, o que naturalmente sucedeu a muitas terras circunvizinhas (3). É também no reinado dêste soberano, segundo refere António Brandão, que aporta ao nosso território um ilustre caudilho germânico chamado D. Arnaldo de Baiam, que veio provàvelmente ao mesmo tempo que os Gastos, antepassados de Egas Monis. Descendentes, talvez netos, ou bisnetos, de D. Arnaldo são Egas Gozendez e João Viegas, de alcunha o Ranha, outorgadores do foral de Sernancelhe (Beira) em 26 de Outubro de 1124, na regência de D. Teresa (4). Em 1032, no reinado de Bermudo III de Leão e Astúrias (1027-1037), o conde galego Rodrigo Romariz, para combater uns Vascões que se haviam insurreccionado na Galiza, alia-se aos Normandos (5),

---

(1) Viterbo, *Elucidario*, s. v. *Laudomanes;* A. Sampaio, *As povoas maritimas*, in-*Portugalia*, II, 230, e Leite de Vasconcellos, *Origem histórica e formação do povo português*, pág. 6.

(2) Apud Gomes de Lima, *Os Estrangeiros no Lima*, I, 133. (Coimbra, 1765).

(3) Gomes de Lima, *Os Estrangeiros no Lima*, I, 133.

(4) *Monarchia Lusitana*, 3.ª parte, livro IX, cap. 12.

(5) Viterbo, *Elucidário*, s. v. *Laudomanes;* Sampaio, *As povoas maritimas*, in-*Portugalia*, II, 231; Leite, *Origem histórica*, *etc.*, pág. 6.

como aconteceu em várias regiões da França, em que alguns núcleos da população faziam causa comum com os piratas que com êles repartiam as suas presas (1). O auxilio aproveitado pelo conde galego pressupõe relações amigáveis com os Normandos, que, no século XI, senhores já da Nêustria, ali se desenvolveram e civilizaram, perdendo parte da sua ferocidade originária, mas não o espírito audacioso que os obrigava a procurar aventuras em paragens remotíssimas. Um século mais tarde, nas investidas contra os Sarracenos, os Portugueses têm como aliados os Frísios, Flamengos, Inglêses, Alemães e Escandinavos, alguns dos quais eram descendentes directos daqueles temíveis aventureiros.

Até aqui tratámos sumàriamente das relações da Península em geral com os povos do Norte, porque a nação portuguesa, embora delineada já em alguns dos seus fundamentos, não tinha ainda uma existência política independente, e os nossos antepassados sofreram sempre, mais ou menos, as vicissitudes da grande família ibérica. Uma vez constituído o condado portugalense, sob a égide de Henrique de Borgonha, e depois o reino sob o impulso vigoroso de Afonso Henriques, essas relações importam-nos simplesmente na parte que se refere à estreita faixa peninsular que recebeu o nome de Portugal.

§ 2.º

Relações políticas desde o comêço da monarquia até 1400 (2)

No reinado do primeiro monarca português abordam às

(1) Duruy, *Hist. de France*, I, 192.

(2) Na apreciação feita por um académico às *Memorias historicas e chronologicas do Conde D. Henrique*, da autoria do Cardial Saraiva, cita-se um *Ensaio de huma dissertação historico-critica sobre os factos mais controversos da historia do Conde D. Henrique*, de Fr. Fortunato de S. Boaventura, em que se diz — seguindo-se uma tradição acalentada por outros escritores, — que no ano de 1108, no govêrno do Conde

praias lusitanas vários homens do Norte que iam de passagem para a Terra Santa numa armada de Cruzados. Afonso Henriques, tendo deliberado sitiar e conquistar Lisboa e outras praças limítrofes em 1147, aproveitou o concurso valioso dêsses soldados inglêses, alemães, flamengos, frísios, normandos e franceses (1), que vinham das remotas paragens do Setentrião combater os inimigos da Cruz. Diz o nosso épico:

> Lá do Germânico Álbis e do Rheno
> E da fria Bretanha conduzidos
> A destruir o povo Sarraceno
> Muitos com tenção sancta erão partidos.
> Entrando a boca já do Tejo ameno,
> Co arraial do Grande Affonso unidos,
> Cuja alta fama então subia aos ceos,
> Foi pôsto cêrco aos muros Ulisseos (2)

Os Inglêses de Norfolk e de Suffolk vinham comandados por Hervey de Granville; os de Kent por Simão de Dover; os de Londres por André, e por Sabério de Archelles os restantes. Os Flamengos eram comandados por Cristiano de Gistel, e os Alemães pelo conde Arnaldo de Areschot (3). Além dêstes capitães figuravam também os Flamengos (ou Ale-

---

D. Henrique, um rei da Noruega, Sigar I, tomou Sintra, Lisboa e Alcácer aos Mouros. Porém o Cardial Saraiva refuta estas asserções suspeitas e indocumentadas (in *Obras*, II, 387, segs.) e aqui apenas se menciona aquela notícia por curiosidade e por se ter feito eco de semelhante incursão dos homem do Norte ainda em tempos modernos.

(1) Herculano, *Hist. de Portugal*, I, 369; Saraiva, *Obras*, II, 268; Duarte Galvão, *Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Affonso Henriques*, Lisboa, 1726, cap. xxx; Shillington & Chapman, *The Commercial relations of England and Portugal*, pág. 3; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 50, segs.

(2) Camões, *Lusiadas*, III, 58.

(3) Herculano, *Hist. de Portugal*, I, 369; P. M. H., *Scriptores*, I, 392; Crist. Aires, *Hist. do Exército Português*, IV, 102.

mães?) D. Licherte e D. Ligel (1), Gil de Rolim, e o famoso Henrique de Bona ou de Colónia, cruzado alemão, depois nimbado com uma auréola de santidade e de glória. «Este Dom Ligel, diz o autor dos *Livros de Linhagens,* casouo elrrey dom Affomso, depois que tomou Lixboa, com dona Dordia, filha do alcayde Dom Pero Veegas que foy o primeiro alcaide de Lixboa» (2). A Henrique de Colónia refere-se também Camões, dizendo:

> Não vês hum ajuntamento, de estrangeiro
> Trajo, sair da grande armada nova,
> Que ajuda a combater o Rei primeiro
> Lisboa, de si dando sancta prova?
> Olha Henrique, famoso cavalleiro,
> A palma que lhe nasce junto à cova;
> Por elles mostra Deus milagre visto;
> Germanos são os martyres de Christo (3).

Na *Chronica da tomada d'esta cidade de Lixboa aos mouros e da fundação deste moesteiro de Sam Vicente*, alude-se ás virtudes e aos milagres dêste capitão, nos seguintes termos: «Estando já assi a cidade de Lisboa su o poder dos cristãos e ordenada em seruiço de Deus, acaeceu hum dia que soterraro no dito moesteiro de Sam Uicẽte hũu caualeiro que

---

(1) Brandão, *Monarch. Lusit.*, 3.ª parte, liv. x, cap. 25; Galvão, *Chr. de D. Affonso Henriques*, cap. 30 diz: «Nesta frota vinham muitos Condes, e outros grandes Senhores, mas ha escritura nom falla de seus nomes, mais que de quatro, hum por nome Mossem Guilhem de longua espada, Conde de Lincoll de que se diz ser em seu tempo avido pelo milhor Cavalleyro, que sabião em toda Inglaterra, nem França, aho outro chamavam Childe Rolim, aho outro D. Liberche, aho outro D. Ligel». Vide também Acenheiro, *Chronicas*, nos *Ineditos*, da Academia, vol. v, pág. 37; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 50.

(2) *Linhagens* do Conde D. Pedro in P. M. H., *Scriptores*, I, 380 (título 68).

(3) *Lusíadas*, VIII, 18.

auia nome Anrique e foi natural dhũa uila a que dizem Bõna, que iaz quatro legoas aalem de Colonha, caualeiro boo e bem fidalgo e abastado de todos boos costumes, e foy morto na entrada da cidade, fazendo muyto bẽ per seu corpo e uertendo de graam uoomtade o sseu sangue antre os mouros, pola paixon de Nosso Saluador Jhesu Christo. E jazendo este caualleiro enterrado no dito moesteiro como dito he, nosso senhor Jesu Christo, que sempre quer dar galardom a todos aquelles que o seruem, fazia por el muitos millagres, e muy marauilhosos em aquela sepultura em que jazia» (1). Morto em combate, o seu corpo foi sepultado no cemitério de S. Vicente, destinado aos Alemães; a tradição cristã atribui-lhe vários milagres, tais como dar fala a dois mudos que foram junto do seu coval onde nascera milagrosamente uma palma (2). Por aquele tempo Afonso Henriques mandara sagrar dois cemitérios para a gente estrangeira que morresse nos combates do cêrco de Lisboa. No cemitério da Igreja em que assentou depois o mosteiro de S. Vicente sepultaram-se os Teutões ou Alemães, que tinham ordenado um sacerdote chamado Roardo, seu compatriota. Um cronista alemão, Otta, escreveu em latim uma relação da fundação do mosteiro, e do cêrco, a qual foi traduzida e impressa por ordem de D. João III. Diz Marinho de Azevedo, também acêrca do mesmo caualeiro: «Acabou se de confirmar esta gloria, nacendo na sepultura do cavalleiro Henrique huma palma muy alta; na qual se tocavam os enfermos, e recebião remedio dos males que padecião, e os que estavão im-

(1) In P. M. H, *Scriptores*, I, 409.

(2) Brandão, *Monarch. Lusit.*, p. 3.ª, liv. x, cap. 28; P. M. H., *Scriptores*, I, 413; Cunha, *Hist. Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, I, p. 64 ed. de Lisboa, 1642; Galvão, *Chron. de D. Affonso Henriques*, caps. 32, 33, e 34; Acenheiro, *Chronicas*, in *Ineditos* da Academia, v, 38-39; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 51.

pedidos, se contentavão com lhe porem ao pescoço alguma pequena parte, ou que lha dessem desfeita em pó, e bebida em agoa, com que sentião milagrosos effeitos; os quais vierão a cessar, porque se foy diminuindo a palma de sorte, com o que della se tirava, que a transplantarão a outra parte, onde faltarão os milagres; mas ainda permanece hum cacho do fruto desta palma, que se guarda em hum Relicario, com as mais Relíquias, que há no Real convento de São Vicente (1). A respeito dos restos de Henrique acrescenta ainda o mesmo autor: «seus ossos estavão na Igreja Velha, em huma cova, ou cemitério dedicado a Santo Antidio, a que nos corruptamente chamamos Tude, cuja imagem está hoje na Igreja, em capela particular, e a trazião os Franceses no exercito como S. seu natural, e os ossos estão detraz da Capella mór, recolhidos em huma casa... Os ossos do Cavalleiro Henrique, se guardão em sepulchro particular na Sanchristia, em que se lê o seguinte epitaphio:

HIC JACET HENRICUS, FUSO QUI SANGUINE FUDIT
HOSTILES ACIES, RCBORE FORTIS EQUES.
IMPIGER OCCIDUAS QUONDAM PREVENIT AD ORAS
IGNOTUM ARRIPUIT (NUMINE DUCTUS) ITER.
ADFUIT HANC MAURIS CUM REX ALPHONSUS IN URBEM
ARMA MOVET, VITÆ PRODIGUS INDE SUÆ.
ILLUM SOLA FIDES, CÆLI SPES IGNEA VIRTUS
IMPULIT, UT FERRET TELA TREMENDA NECIO.
CLARIOR EMICUIT TUMULO, CUM RECTOR OLYMPI
CONSTITUIT MIRIS HUNC DARE SIGNA MODIS
ERGO PIAM MENTEM, CŒLO POSUISSE SUPREMO
CREDERE TAM FAS EST, QUAM DUBITARE NEFAS (2)».

---

(1) *Fundação, antiquidade e grandezas da mui insigne cidade de Lisboa*, Vol. II, pág. 246, (Lisboa, 1753).

(2) *Fundação etc. de Lisboa*, II, 247; Galvão, *Chron. de D. Affonso*

Logo após a conquista de Lisboa Afonso Henriques restabeleceu a Igreja Ulisiponense e «fez enleger por bispo hum homem boo daquella naçom dos engreses, e auia nome Giliberto: e este Giliberto era homem de muy santa uida, e era grande creligo e bem certo nas sanctas escrituras», o qual foi sagrado pelo Arcebispo de Braga, D. João Peculiar (1). Também veio nesta ocasião a Lisboa «hum padre Flamenguo de boa e onesta vida, chamado Gualterio, e com elle quatro Frades seus cõpanheyros, que vinham ha busquar onde fizessem hum Moesteyro da ordem de que elles erão». Gualterio, que deve ser o mesmo de que se falará adiante, foi nomeado prior de S. Vicente, e com a sua saída veio outro estrangeiro chamado Damer ocupar o seu cargo (2). Alguns anos depois, em 1151, o bispo Gilberto vai a Inglaterra alistar tropas e nova armada de Cruzados vem a Portugal, onde ajuda Afonso I a sitiar Alcácer (3). Uns seis anos depois, em

---

Henriques, cap. 35. Cunha, *Hist. Eccles. da Igreja de Lisboa*, I, 64 e verso diz: «O descuido dos nossos Chronistas, & ainda maior dos Religiosos, em cujo poder esteve esta sepultura, foy taõ grãde, que de todo se perdeo a memoria do lugar onde jaz: nem reliquia algũa se conserua entre elles, deste Santo». A respeito da palma diz porém: «Conserva-se com tudo ainda hoje em hum relicario de prata, parte de hũ ramo desta palma, & se tem por hũa das mayores reliquias daquelle Santuario». Na ed. de Lisboa de 1642.

(1) *Chronica da fundação do moesteiro de S. Vicente de Lixboa*, in P. M. H., *Scriptores*, I, 412; Saraiva, *Obras*, I, 39 e II, 270; Brandão, *Monarch. Lusit.*, p. 3.ª, liv. X, cap. 30; Mariz, *Dialogos de varia historia*, I, 89; F. de Almeida, *Hist. da Igreja em Portugal*, I, 188 e 492; Cunha, *Hist. Eccles. da Igreja de Lisboa*, I, fl. 69; Gams, *Series episcoporum eclesiæ Catholicæ*, pág. 104; Shillington & Chapman, *The commercial relations of England and Portugal*, pág. 3.

(2) Galvão, *Chron. de D. Affonso Henriques*, cap. 36; Acenheiro, *Chronicas*, nos *Ineditos*, V, 39.

(3) Herculano, *Hist. de Portugal*, I, 411; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 2; Aires, *Hist. do Exército*, IV, 184; Frederico Laranjo,

1157, nova esquadra de Cruzados, composta de Flamengos que se dirigiam para a Síria, aporta a Lisboa, e com o seu auxílio Afonso Henriques põe cêrco a Alcácer do Sal, mas sem resultado (1).

Para os estrangeiros mortos no assédio de Lisboa fizeram-se igrejas e cemitérios: «As outras nações dos franceses e de Colonha, e das outras terras que veerom com elles foram fazer morada e assentamento acerca da outra igreja da parte do poente edificada em nome e titulo de Sancta Maria dos Martyres, hi fizerom hi suas sepulturas muy honradas e bem lauradas. E fezerom com gram pressa huma mui bem feita igreja, e soterrarom em ella os corpos dos martyres, que forom mortos na entrada da cidade como dito he: e punham sobre as sepulturas os nomes desses martyres, e letras (?) onde erão, e de que sangue vinhão, e como morrerom. E poserom na dita egreja seus creligos que traziam consigo na frota pera lhes auerem de dar os sacramentos da sancta egreja: e todas as obras que se fazião, assi na dita egreja, como sepulturas, todo era feito do seu proprio que eles consigo tragião» (2). Alguns dos estrangeiros estabeleceram-se em Portugal e em recompensa dos seus serviços foram-lhes feitas doações e outros benefícios (3). Em 1159 um Gualtério Flandrensis (Flamengo), era cónego da Sé de Lisboa (4), o mesmo

---

«Relações de Portugal com as outras potências», *Instituto*, LVI, 705; Shillington & Chapman, *The commercial relations of England and Portugal*, pág. 4.

(1) Crist. Aires, *Hist. do Exército*, IV, 185; Herculano, *Hist. de Portugal*, I, 411.

(2) P. M. H., *Scriptores*, I, 409.

(3) Brandão, *Monarch. Lusit.*, 3.ª p., liv. X, cap. 29; Galvão, *Chron. de D. Affonso Henriques*, cap. 31.

(4) Herculano, *Hist. de Portugal*, I, 403; P. M. H., *Scriptores*, I, 413; Cantineau, *Origine des relations commerciales entre la Flandre et le Portugal*, in *Bol. da Soc. de Geog. de Lisboa*, 18.ª série (1900), pág. 17; Acenheiro, *Chronicas, Ineditos*, V, 39.

de que se falou atrás. Na doação feita em 1159 por Gilberto 1.º Bispo de Lisboa, aos Templários, figuram como confirmantes o mesmo Gualtério Flandrensis, um Gualtério Hastingiensis (de Hastings, Inglaterra), e como testemunhas um Hua de Silesia, um Alfredo de Caranton (Inglaterra) e outros (1).

Em 1184 a Infanta D. Teresa, que depois tomou o nome de Matilde, filha de Afonso Henriques, casou com Felipe da Alsácia, conde de Flandres, selando assim, com uma união familial, os laços de amizade que entre Portugueses e Flamengos se tinham dado nos campos de batalha contra o inimigo comum da tôda a cristandade. Para levar a infanta para Flandres veio ao Porto uma armada daquele país que foi cumulada de riquezas pelo soberano português (2).

No reinado de Sancho I, em 1188 ou 1189, duas armadas de Cruzados, compostas de Ingleses, Alemães, Flamengos, Frisios, Dinamarqueses etc. entram no Tejo, e o monarca aproveita o seu auxílio para conquistar Silves e Alvor (3). Na segunda armada, vinda de Inglaterra, os Flamengos vinham chefiados pelo Conde Henrique de Bar, e pelo Conde Airard de Braine; os Alemães eram comandados pelo landgrave da

---

(1) Herculano, *Hist. de Portugal*, I, 402, nota 2.

(2) Idem, *ibidem*, I, 455; Braamcamp in *Arch. Hist. Português*, VI, 323; Saraiva, *Obras*, II, 302; Sousa, *Hist. Genealogica*, I, 73; Galvão, *Chron. de D. Affonso Henriques*, cap. 54; Brandão, *Monarch. Lusit.*, 3.ª p., liv. XI, cap. 37; Acenheiro, *Ineditos da Acad.*, V, 40; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, p. 70.

(3) Idem, *ibidem*, II, 30-50; Saraiva, *Obras*, II, 331; Frederico Laranjo, «Relações de Portugal, etc.» no *Instituto*, LVI, 706; Aires, *Hist. do Exército*, IV, 267; Ruy de Pina, *Chron. de D. Sancho I*, cap. VIII, Brandão, *Monarch. Lusit.*, p. 4.ª, liv. XII, cap. 7; Acenheiro, *Chronicas*, nos *Ineditos*, V, 56-57; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 76; Shillington & Chapman, *Commercial relations*, pág. 4.

Turingia (1). Dêste socorro também Camões faz eco, dizendo que D. Sancho

> Foi das valentes gentes ajudado
> Da Germânica armada que passava,
> De armas fortes e gente apercebida,
> A recobrar Judea já perdida (2).

E mais adiante acrescenta:

> Assim como a seu pai acontecera
> Quando tomou Lisboa, da mesma arte
> Dos Germanos ajudado Silves toma.
> E o bravo morador destrue e doma (3).

Após a conquista de Silves Sancho I investiu no cargo de Bispo o Flamengo Nicolau, com o qual ficaram alguns dos seus compatriotas (4). Pouco depois, perdida aquela cidade pelos Portugueses, o seu antigo deão, Guilherme, volta a Flandres, seu país natal, e de lá trás mais patrícios a quem Sancho dá Montalvo de Sor (5). Em 1190 chegam a Lisboa, com uma esquadra, os capitães ingleses Roberto de Sabloil, Ricardo de Cambila ou Camwill e Roberto de Forz, chefes da frota de Ricardo Coração de Leão, arribada a Portugal; uma nau desgarrada desta armada socorre Silves, cercada por Iacub, e outros Cruzados auxiliam o soberano português, então sitiado em Santarém pelo mesmo caudilho mussul-

---

(1) Crist. Aires, *Hist. do Exército*, IV, 267.

(2) *Lusíadas*, III, 86.

(3) *Ibidem*, III, 88.

(4) Herculano, *Hist. de Portugal*, II, 50; Crist. Aires *Hist. do Exército*, IV, 286; Fortunato de Almeida, *Hist. da Igreja em Portugal*, I, 190, 493 e 634; Brandão, *Monarch. Lusit.*, 4.ª p. liv. XII, cap. 9.

(5) Gama Barros, *Hist. da administ.*, II, 146-147; Herculano, *Hist. de Portugal*, II, 93; *Arch. Hist. Port.*, VI, 322-323.

mano (1). Silves conservou-se-em poder dos Sarracenos, mas por volta de 1198 ou 1199 foi entrada e saqueada de subito por Cruzados alemães que iam para a Palestina, entre os quais se encontravam Hartwic, Arcebispo de Bremen e o Duque da Lorena (2).

Dois chefes estrangeiros ficaram em Portugal, e a um deles, Rolim ou Raulino, e a todos os Flamengos ou Flandrenses dá o monarca em 1200 o senhorio da Azambuja (ou Vila Franca), como prémio dos serviços prestados à causa portuguesa (3). «Este dom Roolim, diz o autor do *Livro de Linhagens*, foy naturall de Framdes, homde leixou huma sua filha que ouue nome D. Maria Roolim. E dês que este dom Roolim foy em Portugall mandou a Framdes por esta sa filha, a qual foi casada com Gomçallo Fernamdez de Taauares... etc.» (4).

Em 1199 João, rei de Inglaterra, envia a Portugal uma embaixada composta do bispo de Sisieux, Guilherme d'Estaing, Radulfo de Ardennes, Roberto Burch, Normandos e Ingleses, para pedir a filha de D. Sancho I (5). A 15 de Junho do mesmo ano o referido monarca dirige uma carta as di-

---

(1) Herculano, *Hist. de Portugal*, II, 52 segs.; Aires, *Hist. do Exército*, IV, 300 segs.; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 2 e 3; Laranjo, «Relações» no *Instituto*, LVI, 706; Brandão, *Monarch. Lusit.*, 4.ª p., liv. XII, cap. 14; Faria e Souza, *Europa Portuguesa*, II, 78-79.

(2) *Hist. de Portugal*, II, 79; Aires, *Hist. do Exército*, IV, 320; Pina, *Chronica de D. Sancho I*, cap. IX; Brandão, 4.ª p., liv. XII, cap. XIV.

(3) Herculano, *Hist. de Portugal*, II, 93-94 e IV, 449 e 456; G. Barros, *Hist. da Administ.*, II, 147; Brandão, *Mon. Lusit.*, 3.ª p., liv. X, cap. XXIX; F. de Almeida, *Hist. da Igreja*, II, 502; Saraiva, *Obras*, 352; Acenheiro, *Chronicas*, nos *Inéditos*, V, 38; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 52.

(4) P. M. H, *Scriptores*, I, 380.

(5) Herculano, *Hist. de Portugal*, II, 92; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 5; Aires, *Hist. do Exército*, IV, 324; Shillington & Chapman, *Commercial relations*, pág. 5.

versas autoridades do seu reino, recomendando-lhes que prestem todo o auxílio e que façam tôdas as honras a embaixadores de Portugal que ali iam (1), e em 30 do mesmo mês expede a seguinte ordem a respeito dos referidos enviados: «De Nunciis Regis Portugaliæ / Johannes, Dei Gratia, etc. Archiepiscopis, Episcopis, Abbatibus & Prioribus terræ suæ Salutem. Mandamus vobis quod, cum Nuncii karissimi fratris nostri et amicii Regis Portigalen (*sic*), per vos transitum fecerint, omnem honorem, quem poteritis, eis exhibeatis, & si necessariis & auxilio indiguerint, eis in necessariis & auxilio provideatis, sicut dilectus & fidelis noster J. Lexovien Archidiaconos vobis dicet. Teste meipso apud Karentem, 30 die Junii» (2).

Como se vê por alguns documentos e autores citados, nesta época já a aproximação luso-britânica era um facto consumado por meio de provas recíprocas de amizade e de interêsses que mais tarde atingiriam grande desenvolvimento e importância.

Com o decorrer do século XIII, em que se estabeleceram definitivamente os limites continentais da nação portuguesa, a nossa vida internacional intensifica-se, desenvolvendo uma grande actividade em vários campos. As relações de amizade com alguns estados peninsulares, ameaçados ainda do poderio mussulmano, exigem uma colaboração do esfôrço português na libertação dos territórios da Espanha. Pouco antes da batalha de Navas de Tolosa (1212), no reinado de Afonso II, o Arcebispo de Toledo vai a França e à Alemanha alistar tropas para combater os Mouros, e entre as hostes cristãs, compostas de soldados de vários países, figuram também os Portugueses, cuja infantaria, costituída pelos vilões e tropas

(1) Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 5; Herculano, *Hist. de Portugal*, II, 91.

(2) Rymer, *Foedera*, I, 113 e Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 4.

concelhias, realizou prodígios de valor e de heroísmo (1). Em 1214 o infante D. Fernando, conde de Flandres, filho de D. Sancho I, levado talvez pelas imposições de alianças feudais, bate-se em Bouvines ao lado dos aliados da Inglaterra e é feito prisioneiro dos Franceses (2). Em Abril de 1225, fêz-se um projecto de acôrdo ou tratado de paz entre Luís IX de França e a condessa de Flandres para a libertação de seu marido Fernando, e em Janeiro de 1226 ratificou-se o tratado em virtude do qual aquele príncipe português recuperava a liberdade (3). Em 1217 Afonso II resolve tentar o ataque a Alcácer do Sal e para isso aproveita o concurso de gente inglesa, flamenga, frisia, holandesa e francesa, que vinha comandada pelos condes Guilherme da Holanda e George Owite (Withe), e que aportou a Portugal numa armada de uns duzentos navios (4). Mais tarde, em 1242, outra vez a solidariedade imposta pela fidelidade feudal, exige que Afonso, conde de Bolonha, depois Afonso III de Portugal, se bata na batalha de Saintes, ao lado de Luís IX de França, contra Henrique III de Inglaterra (5). A instabili-

---

(1) Herculano, *Hist. de Portugal*, II, 158; Saraiva, *Obras*, III, 58.

(2) Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 6; Herculano, *Hist. de Portugal*, II, 195; C. Michaëlis, *Cancioneiro da Ajuda*, II, 704; Brandão, *Monarchia Lusit.*, p. 4.ª liv. XIII, cap. 7.º; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 85.

(3) Dumont, *Corps Universel Diplomatique*, I, 163 (Amsterdam 1726–1731).

(4) Herculano, *Hist. de Portugal*, II, 195; Quintela, *Anais da Marinha*, I, 14; Saraiva, *Obras*, III, 62; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 6; Laranjo, «Relações», no *Instituto*, LVI, 706; Pina, *Chronica de D. Afonso II*, capítulos 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 8.º; Acenheiro, *Chronicas* nos *Ineditos*, V, 63; Brandão, *Mon. Lus.*, p. 4.ª, liv. XIII, cap. 10; C. Michaëlis, *Canc. da Ajuda*, II, 697. Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 93 menciona também os chefes Gualtério de Avesnes Flamengo e Henrique de Umenser. Shillington & Chapman, *Comm. Rel.*, p. 4.

(5) Idem, *ibidem*, II, 385.

dade política da Europa medieval, em que campeavam mais a ambição e o desenfreamento das paixões humanas, obrigava muitas vezes aliados de ontem a enfrentar-se depois como inimigos. É o que se observará com Portugueses e Ingleses, que, no decurso dos tempos, já em épocas mais modernas, ora se davam as mãos para combaterem inimigos comuns, ora se batiam uns com os outros em virtude de alianças e outros casos e interêsses políticos. As relações vincadas fraternalmente pela comunidade de ideias, sentimentos ou interêsses que se aliavam nos campos de batalha, continuavam, como sucedeu em épocas anteriores, a fortalecer-se pelas alianças de família feitas entre príncipes e princesas portugueses e de outras nações. Assim, em 1211, o mesmo infante D. Fernando que se bate em Bouvines, filho de Sancho I, casou com a condessa Joana de Flandres (1). Em 1213 ou 1214 D. Berenguela ou Berengaria, filha também de Sancho I, casou com Valdemaro II, o Victorioso, da Dinamarca (2), e em 1229 outra princesa portuguesa, D. Leonor, filha de Afonso II, casa com Valdemaro III, monarca do mesmo país (3).

Em 4 de Dezembro de 1307 Eduardo II de Inglaterra dirige aos soberanos de Portugal, Castela, Sicília e Aragão,

---

(1) Saraiva, *Obras*, III, 45 e V, 364 nota 32; Braancamp, *Arch. Hist. Portug.*, VI, 323; Sousa, *Hist. Genealogica*, I, 103; Pina, *Chronica de D. Sancho I*, cap. 15; Brandão, *Mon. Lus.*, p. 3.ª, liv. XI, cap. 37, liv. XII, cap. 21 e 30; Acenheiro, *Chronicas*, nos *Ineditos*, V, 60; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 84-85.

(2) Herculano, *Hist. de Portugal*, II, 181; Saraiva, *Obras*, III, 50 e V, 364 nota; Sousa, *Hist. Geneal.*, I, 126; C. Michaëlis, *Canc. da Ajuda*, II, 703.

(3) Idem, *ibidem*, II, 300; Saraiva, *Obras*, V, 364; Sousa, *Hist. Geneal.*, I, 143; Pina, *Chron. de D. Affonso II*, cap. 1.º, e Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 97, (ed. de 1679) onde se lê «fue Reyna de Dacia» por «Dania» em virtude de êrro de imprensa.

uma carta «De non credendo suggestionibus contra Templarios», com que o monarca inglês intervinha na questão da dissolução daquela ordem religiosa em Portugal (1). Noutras duas cartas, datadas de 24 de Julho de 1332, *Ad Regem Portugaliæ, pro Manuele de Pessaigne* e *Ad Consiliarium Portugalliæ Regis Lopo Ferreira* recomenda ao soberano português Manuel e Carlos Pessanha, irmão e filho do almirante do mesmo apelido (2). Em 1344 parece ter-se tentado fazer uma aliança entre Portugal e Inglaterra, pois de um documento inglês daquela época *(Ad tractandum super Alligantiis cum Rege Castellæ, Portugalliæ, Aragoniæ)* consta que Eduardo III concedeu poderes a Henrique de Lencastre, e a Ricardo, Conde de Arundel, para negociarem um tratado de amizade e socôrro que mùtuamente se deviam prestar os soberanos de Inglaterra, Portugal, Castela e Aragão (3). Que Portugal era considerado amigo ou aliado da Inglaterra ainda antes dêste projecto de tratado, demonstra o a solução de um incidente ocorrido em 1342 com um navio português que fôra arrestado no pôrto de S. David, em Gales. O navio, que fôra aprisionado por se julgar pertencer aos inimigos do rei da Gran-Bretanha, foi libertado, segundo diz o documento inglês «because the inhabitants of the land of Portugal are in the king's friendship and in the enmity of Philip de Valois his enemy» (4). Nesta época em que a guerra andava acesa com violência entre a Inglaterra e a França, a política britânica era uma política de captação dos pequenos estados, não tanto, talvez, pelo auxílio guerreiro que estes lhe podiam

(1) Rymer, *Foedera*, III, 35; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 20; Laranjo, «Relações, no *Instituto*, LVI, 707.

(2) Idem, *ibidem*, IV, 524; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 27.

(3) Idem, *ibidem*, V, 410; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 32; Vila Franca, *D. João I e a aliança inglesa*, pág. 32; Shillington & Chapman, *The commercial relations of England and Portugal*, pág. 7.

(4) Shillington & Chapman, *Commercial relations*, pág. 7.

fornecer, mas pelos socorros monetários, de armamento e géneros que eles estavam em condições de prestar, e ainda para evitar alianças que iriam fortalecer os seus inimigos.

Mais tarde houve desinteligências entre os dois países motivadas acaso por qualquer intriga do depôsto rei de Castela, D. Pedro o Cruel, nos negócios de Portugal e Inglaterra, o que deu origem a uma diligência diplomática realizada por uma embaixada portuguesa que D. Pedro enviou em 1366 e da qual foram encarregados o Bispo de Évora e Gomes Lourenço de Avelar (1). No tempo do mesmo rei veio a Lisboa, enviado pelo sucessor do depôsto D. Pedro o Cruel, o cavaleiro inglês Sir Mathew Gournay, filho de Tomás Gournay, carcereiro e assassino de Eduardo II, o qual voltou depois a Portugal em 1381 nas hostes do Conde de Cambridge (2). Num episódio da crónica rimada de Bertrand du Guesclin, diz-se que tendo êste Mathew Gournay (Mathieu de Gournai), personagem do séquito de Bertrand, vindo a Portugal inquirir do destino de D. Pedro o Cruel, refugiado aqui, o rei D. Pedro I o recebera e lhe apresentara como coisa de grande aprêço dois tocadores de sanfona. Gournay riu-se e troçou os musicos, dizendo que em França apenas truões e cegos usavam semelhantes instrumentos. O rei irritou-se e nunca mais quis ver sanfoneiros no palácio (3).

Em 1372 nova embaixada portuguesa vai a Inglaterra, chefiada por João Fernandes Andeiro e Vasco Domingues, Chantre da Sé de Braga, para entabular com Eduardo III de Inglaterra a negociação de um tratado de paz e amizade. A ela faz referência outro documento inglês: *Instrumentum,*

---

(1) Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 47; Laranjo, «Relações», *Instituto*, LVI, 709; F. Lopes, *Chron. de D. Pedro*, cap. 62; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 184.

(2) Vila Franca, *D. João I e a aliança inglesa*, pág. 15 e nota 3; Fernão Lopes, *Chron. de D. Fernando*, cap. 128.

(3) Viterbo, *Artes e Artistas*, pág. 301.

signatum Manu propria Ferdinandi Regis Portugaliæ, de Procuratione Pacis & Amicitiæ inter Subditos suos, & Subditos Edwardi Regis Angliæ (1). Parece que estas negociações se foram dilatando, pois é sòmente em 16 de Junho de 1373 que se conclui o tratado sendo delegados portugueses os mesmos João Fernandes Andeiro, e Vasco Domingues, e ingleses Guilherme, Senhor de Latymer e Tomás o Jovem (2); para a conclusão ou ratificação dêste tratado de paz e aliança com D. Fernando e D. Leonor dá um diploma britânico de 1 de Julho de 1373 (ou 1372?) plenos poderes aos embaixadores respectivos (3). Posteriormente em 1380 abrem-se novas

---

(1) Rymer, *Foedera*, VI, 754; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 49; Saraiva, *Obras*, III, 216. João Fernandes Andeiro, que foi embaixador português em Inglaterra no tempo de D. Fernando, foi depois expulso de cá em virtude de uma cláusula do tratado de paz de D. Fernando com Henrique de Castela, e refugiou-se em Inglaterra onde convivia com a alta nobreza britânica: «soube el Rei como el era muy entrado em casa del Rei, e de seus filhos, o Duque Dallamcastro, e o comde de Cambrig, e bemquisto delles todos; e entom lhe escrepveo suas cartas secretamente... e quando entemdeo outra vez de mover esta guerra, lhe escrepveo que falasse com o duque e com seu irmão, em tal guisa, que se lhe cumprisse sua ajuda, avemdo guerra com Castella, que o veesse ajudar per seu corpo e gemtes, com çertas comdiçoões amtrelles devisadas». Fernão Lopes, *Chron. de D. Fernando*, cap. 95 e cfr. Acenheiro, *Chronicas*, nos *Ineditos*, V, 150 e Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 214. A carta patente de ratificação do tratado, de 15 de Julho de 1380 diz que Vasco Domingues era «chantor de Bragaanca» (*sic*).

(2) *De Alligantiis cum Rege & Regina Portugaliæ* in Rymer, *Foedera*, VII, 15; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 54; Dumont, *Corps Universel Diplomatique*, II-1, pág. 92, segs. Com a mesma data há outro documento que mostra a existência de uma aliança entre o príncipe de Gales e d'Aquitania e D. Fernando de Portugal, também ajustada pelos mesmos negociadores: *Forma Alligantiarum Portugaliæ cum Rege, et Principe Aquitaniæ*. Vide Rymer, *Foedera*, VII, 19 e Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 58.

(3) *De Potestate Tractandi, cum Rege & Regina Portugaliæ* in

negociações para o que o soberano inglês dá uma credencial ao negociador português (João Fernandes Andeiro) do tratado anterior (1); no mesmo ano, 15 de Julho, os monarcas portugueses, Fernando e Leonor, ratificam as alianças ajustadas com Eduardo III em 16 de Junho de 1373, por meio da seguinte carta patente:

«Dom Fernando, pel la graaz de Deus, Rey de Portugal & de Algarve, ensembra com a Reynha Dona Leonor, mimha Molhir,

«Queremos, Outorgamos, & Avemos, por Firmas & Stavees, todallas Alianças, que forom fechas & firmadas antes Aduarte, Rey que foy d'Ingratierra, & Nos, par Joham Fernandez Andeyro, & por Vaasco Dominguex Chantor de Bragaanca, nossos Procuradores:

«E plaz nos & Queremos que estas meesmas Alianças Aiamos com Richarte Rey que orehe d'Ingratierra & de Franca, Nos, & todos nossos Subcessores, segundo que Outorgado per los dichos nossos Procuradores, sseem hindo em nem huna guisa contra ellas:

«E juramos & Prometemos, em bona Fee, lealment de guarder a o dicho Rey Richarte as dichas Alianças, segundo per ellos dichos Johan Fernandez y Vaasco Dominguez Chantor de Bragaanca, nossos Procuradores, forom Firmadas e Outorgadas, & de non hir contra elas em nem huna guisa, e de as Tener & Coumprir, o todo tempo, segundo em ellas huam concleudo, e de jamays non hir contra ellas per nem huma Fegura que se ca. (seja?).

Rymer, *Foedera*, VII, 11; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 51; F. Lopes, *Chron. de D. Fernando*, cap. 57; Shillington & Chapman, *Comm. rel.*, pág. 9.

(1) «*De Polestate Tractandi cum Rege & Regina Portugalia*» in Rymer, *Foedera*, VII, 253, e Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 59.

«E, por esto sseer mays Firme & Stavel, Mandamos fuz esta Carta, Synada dos Nossos Nomes, & Seelada dos nossos verdadeyros Seelos grands.

«Dant em Estremoz, Quinze dias de Julho // El Rey o mandou Johan a Fom a fez.

«Era de Mil CCCC & XVIII (1418 = 1380 de Cristo).

Titulo: «Litera Regis & Reginæ Portugalliæ, de Conventionibus, cum Eduardo nuper Rege factis Renovandis» (1).

Em 14 de Maio de 1381 Ricardo II confirmou os tratados de aliança entre Portugal e Inglaterra pelo seguinte diploma:

«Alligantiarum cum Rege & Reginæ Portugalliæ confirmatio.

«Richard, par la grace de Dieu, Roy d'Engleterre & de France, & Seigneur d'Irlande, a touz ceux, qi cestes Lettres verront ou orront, Saluz.

«Come certeins Alliances fuissent n'adgairs faites & affermez entre Seignur Edward de bone memoire, n'adgairs Roy d'Engleterre & de France, nostre Aiel, & luy Noble & Puissant Prince, nostre tres chere Cosin, D. Fernande, Roi de Portugal & de Algarve, & nostre tres honure Cosine, Dame Leonore, Roine de Portugal, & d'Algarbe, sa Femme, par, nos cheres & foialx, William Seignur de Latymer, & Mestre Thomas Yonge Official de la Court de Canterbirs, Procureurs & Messages especials de nostre dit Aiel a ce assignez,

«Savoir faisons a tous que

«Pur ce que le dit Roy de Portugale nous a, par ses Lettres Patentes, acordez, ottroiez, & Promys de Tenir, & Garder & Acomplir, devers nous les dites Alliances, sans jammes faire ne venir a l'encontre.

---

(1) Rymer, *Foedera*, VII, 262; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 61.

«Nous,

«Veullantz auxi que mesmes les Alliances droitement, & en manere come ils feurent faitz & affermes, entre nostre dit Aiel & le dit Roy de Portugale, par les sus ditz Procurours de mesme nostre Aiel, soient Gardez, Tenuz, & Affermez entre Nous, & tous nos Successours, & le dit Roy du Portugale & la dite Roigne, & toutz lour Successours,

«Mesmes les Alliances Acceptons, Ratifions, & Confermons par le Tenour de nos presentes Lettres,

«Et Jurons & Promettons loiaument, en bon foy, de Garder, Tenir, & Acomplir au dit Roy du Portugale les dites Alliances, solonc ce que, par les ditz Seigneur de Latymer, & Mestre Thomas, Procurours ne (de?) nostre dit Aiel, furent fermez & acordez, selonc que en ycelles est contenuz, & de non aler contre elles, en nulle gise, a nul temps.

«En Tesmoignance de quele chose a y cestes noz Presentes Lettres Patentes avons fait mettre nostre Grand Seal.

«Don. a nostre Paleys de Westm. le XIV jour de Moys de May, l'An de Grace Mille, Troiscentz, Oitaunt primer, & de nostre Regne Quart» (1).

(*Continua*). L. Saavedra Machado.

---

(1) Rymer, *Foedera*, VII, 307; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 65.